



Cadernos do **NUPPOME**

ISSN 2596-285X

ano 7, número 20, agosto de 2025.



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 7, n.20, agosto de 2025. ISSN 2596-285X

Imagem de capa

Fotografia da EFE/Peace Memorial Museum, 08/1945. Imagem mostra parte da cidade de Hiroshima (Japão) arrasada após o ataque nuclear de 06/08/1945. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/historia/nos-70-anos-de-hiroshima-pesquisadores-discutem-que-levou-os-eua-detonarem-bomba-17048987>

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadrimestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

João Teófilo | Universidade do Estado de Minas Gerais

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Isadora Vieira Chagas | PIBIC-CNPq | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4	Apresentação
6	NUPPOME Entrevista Entrevista com Paula Franco
12	Considerações sobre memória, verdade e justiça <i>Género y memoria: una crítica feminista a los escenarios de posconflicto,</i> por Eliana Delgado González
23	Novidades sobre memória, verdade e justiça
26	Fontes de pesquisa
27	Memória, verdade e justiça em imagens

APRESENTAÇÃO

Com a publicação desta nova edição, a *Cadernos do NUPPOME* chega ao seu vigésimo número. A continuidade deste projeto, que começou a ser pensado no final de 2018, representa uma pequena alegria para nós, integrantes do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Com vinte números regulares e dois números especiais publicados, a *Cadernos* tem sido lida por centenas de pesquisadoras/es, no Brasil e no exterior, interessadas/os no estudo sobre políticas de memória e justiça de transição.

Neste novo número publicamos uma entrevista com a historiadora Paula Franco, Coordenadora-Geral de Políticas de Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); um texto sobre gênero e memória em contextos pós-conflito, escrito pela pesquisadora Eliana Delgado González, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); além de dicas de leitura, filme e outros materiais relacionados às políticas de memória.

Ainda inspirados pela rememoração dos oitenta anos do fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), propomos, com a seleção de imagens contidas neste número, uma reflexão sobre os significados deste passado no tempo presente. Na capa, uma imagem que evidencia a devastação gerada pela bomba atômica em Hiroshima, em agosto de 1945. Ao final da revista, uma fotografia da vitória da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em sua campanha na Itália. São duas imagens que, conjuntamente, evocam diferentes contradições para a atualidade.

Como é possível que, mesmo após o uso da energia nuclear em Hiroshima e Nagasaki, líderes mundiais continuem instrumentalizando a ameaça atômica e colocando, a todas/os nós, em risco?

Como é possível que os/as filhos e netos/as de uma geração que se engajou na luta contra o fascismo e o nazismo, como os pracinhas da FEB, tenham aderido, aos poucos, à extrema direita?

Como é possível que o que está sendo feito em Gaza desde outubro de 2023 continue acontecendo?

São perguntas que, difíceis de responder, não são meramente retóricas.

Que a memória dos oitenta anos do fim da Segunda Guerra nos ajude a lembrar de tudo aquilo que queremos preservar é o mínimo que se reivindica.

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

5

NUPPOME

ENTREVISTA



Paula Franco

Coordenadora-Geral de Políticas de Memória e Verdade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Doutora em História pela UnB, já realizou diversas pesquisas sobre o tema das políticas de memória.

Atuou como pesquisadora da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e como coordenadora de um órgão de apoio à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).

6

Cadernos do NUPPOME – Quando surgiu seu interesse pelos estudos sobre a ditadura brasileira? O que motivou a escolha do tema das suas pesquisas?¹

Paula Franco – Essa é uma ótima pergunta e eu mesma já revisei minha história algumas vezes tentando respondê-la a mim mesma. Eu sou do interior de São Paulo, de uma família com poucas vivências políticas declaradas. A primeira lembrança que tenho de interagir com este tema, ainda na infância, foi assistindo *O que é isso, companheiro?* na escola. Nessa época, comecei a questionar minha família sobre como tinham vivido aquele período e a resposta era mais ou menos a mesma: aparentemente como um consenso, em Araraquara não havia ocorrido ditadura. Uns anos depois, encontrei o livro *Brasil Nunca Mais* na estante do meu avô - um ferroviário de esquerda - e aí foi um ponto real de virada, eu tinha por volta de 13 ou 14 anos e depois que li, minha percepção sobre a história do país mudou. Entendi que conversando com meu avô eu teria mais chances de ter respostas sobre como foi viver a ditadura na minha cidade. Isso foi essencial para que eu decidisse prestar História quando terminei o Ensino Médio. Ao mesmo tempo, também reconheço que minha vivência na graduação foi totalmente atravessada por uma série de políticas públicas que me levaram a intensificar esse interesse pelo tema: iniciei os estudos na Universidade Federal de São Paulo em 2008 e os anos seguintes foram marcados pelas iniciativas do Projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia, à época sediada no Ministério da Justiça, assim como pelo Centro de

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo em julho de 2025 e revisada com o auxílio de Isadora Vieira Chagas, bolsista do NUPPOME.

Referência Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, além dos filmes e livros que passaram a ser cada vez mais constantes naquela época. Lembro de acompanhar as discussões na Câmara pelo Projeto de Lei que resultou na Comissão Nacional da Verdade no fim do ano de 2011, aí já era o fim da minha graduação e eu já me entendia como uma pesquisadora do tema, embora ainda no início de carreira.

Cadernos do NUPPOME – Entre 2015 e 2017 você realizou a pesquisa que deu origem à sua dissertação de mestrado em História, focada no trabalho das comissões estaduais da verdade e da Comissão Nacional da Verdade (CNV), articulando a análise com uma discussão sobre gênero. Como surgiu a ideia de pesquisar esse tema? O que você destacaria como principais achados dessa pesquisa?

Paula Franco – Escrevi meu projeto de mestrado enquanto trabalhava na Comissão Nacional da Verdade como pesquisadora. A questão "ditadura e gênero" já tinha começado a chamar a minha atenção desde que o tema foi formalizado em um grupo de trabalho no interior da CNV durante seu segundo ano de atuação, em 2013. Nesse mesmo ano ocorreu uma audiência pública sobre o tema, em São Paulo, congregando a CNV e a Comissão Estadual da Verdade de São Paulo "Rubens Paiva". Na abertura desse evento, Amelinha Teles disse que mesmo entre as mulheres que tinham enfrentado violações de gênero quando presas havia permanecido por um longo período uma dúvida sobre o que haviam vivido, se era mesmo tortura, se era uma violência. Segundo ela, os próprios companheiros de esquerda desincentivavam que se falasse sobre isso, como se fosse algo que pudesse estigmatizar e dividir. Após o lançamento do Relatório Final da CNV, que conta com um capítulo específico sobre a temática, o assunto passou a circular mais. Em 2014, esse ainda não era um tema tão tratado, a própria incorporação do assunto entre as matérias investigadas pela Comissão Nacional foi percebida como um avanço. Nessa esteira, a absorção desse assunto pelas comissões estaduais revelou que a lógica de funcionamento desses órgãos nos estados não partiu de uma cópia ou uma repetição do que se fazia no organismo Nacional: ao contrário, em âmbito estadual a autonomia do trabalho e a forte presença de militantes deu tons diferentes a cada experiência no que tangia à questão de gênero. Apresentei meu projeto de pesquisa na Universidade de Estado de Santa Catarina porque enxerguei ali uma oportunidade de aprofundar meus estudos historiográficos amparada na História do Tempo Presente, que ainda é um campo em fase de consolidação no Brasil, e que tem na instituição uma forte inserção. A ideia sobre como a ditadura operou violências com um corte de gênero, aliada à questão sobre como as comissões subnacionais - no caso, as estaduais - incorporaram esse tema de diferentes maneiras, apresentou-se a mim como uma possibilidade de pesquisa inovadora. Em 2015, quando esse trabalho foi iniciado, muitas comissões estaduais ainda estavam em funcionamento: era estudar um fenômeno enquanto ele ainda acontecia. Em 2017, ao fim da pesquisa e produção da dissertação, havia ali uma reflexão interessante tanto sobre a composição nacional de comissões da verdade simultâneas, que foi brilhantemente denominado de "comissionismo" por Heloísa Buarque de Hollanda, como também contava como uma contribuição sobre o entendimento polissêmico que o conjunto de comissões assumiu diante da questão da violência de gênero.

Cadernos do NUPPOME – Posteriormente, durante o período do seu doutorado (2019-2024), você ampliou o seu foco de análise para o fenômeno do comissionismo, analisando a forma como as comissões subnacionais surgiram. Por qual motivo você optou por continuar pesquisando o tema das comissões da verdade?

Paula Franco – Eu percebo a ideia do problema de pesquisa para o doutorado como resultado direto do que desenvolvi durante o mestrado. Como comentei anteriormente, nessa primeira experiência de pesquisa, ficou evidente que o funcionamento autônomo das comissões subnacionais proporcionou um cenário fértil para que essas comissões desenvolvessem caminhos de investigação autênticos e que atendiam também a necessidades e expectativas locais. Por isso, no doutorado, minha proposta foi pensar sobre a rede de comissões estaduais que se formou em torno da Nacional, operando tensões para que a CNV incorporasse temas e formatos metodológicos inicialmente não previstos, mas também oferecendo colaboração para que a Comissão Nacional atingisse um resultado mais completo. Em 2019, quando apresentei meu projeto de pesquisa ao Programa de História da Universidade de Brasília, estava evidente que os estudos sobre a experiência brasileira do *comissionismo* compunham um cenário ainda cheio de lacunas. Especialmente, me chamou a atenção a ausência de trabalhos que se dedicassem a debruçar sobre os resultados finais que essas comissões apresentaram por meio de seus relatórios de pesquisa. Nesse sentido, minha tese atende um pouco a essa dimensão: perceber os informes finais como o discurso do Estado brasileiro, só que numa roupagem multifacetada – ou polissêmica, como prefiro chamar –, pois resultado de interações, expectativas, categorias teóricas e objetos de pesquisa diferentes.

Cadernos do NUPPOME – Além de realizar pesquisas sobre políticas de memória e justiça de transição, você possui, em sua trajetória, grande experiência atuando diretamente em diferentes políticas implementadas no Brasil. Você integrou, por exemplo, a equipe de pesquisadoras/es que colaboraram com os trabalhos da CNV. Em que consistiu, exatamente, seu trabalho junto à CNV? Como você avalia o legado dela passados mais de dez anos desde a entrega do seu relatório final, realizada em dezembro de 2014?

Paula Franco – Minha experiência na Comissão Nacional da Verdade foi um dos meus primeiros trabalhos após a conclusão da graduação em História. Na época, para garantir o funcionamento da CNV, a Casa Civil firmou uma parceria com o PNUD, que ficou responsável por contratar a força de trabalho de pesquisa. Lembro que muita gente me mandou as vagas anunciadas e resolvi me inscrever para três tipos de vaga: em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Brasília. Cheguei em Brasília de mala, era a primeira vez que pisava na capital e fui para morar. Na CNV, naquele momento, os trabalhos eram divididos por temas e eu fui direcionada a trabalhar com a questão do desaparecimento forçado. A ideia era tanto contribuir com a formatação do entendimento que a Comissão assumiria em relação a essa prática quanto se debruçar sobre os casos individuais de desaparecimento. Uma das atividades iniciais que me dediquei logo que cheguei foi conferir, caso a caso, os nomes e dossiês de vítimas fatais já consideradas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Ali pude perceber tanto as histórias que haviam sido encaradas como passíveis de reconhecimento estatal, quanto casos de indeferimento, ou seja, entendidos como não sendo possíveis de serem abarcados entre as vítimas oficiais. Pensando agora, acho que foi uma oportunidade que acabou se tornando quase uma obsessão, não à toa essa dimensão sobre quem entra e que não entra nas listas oficiais também aparece na tese. Desse esforço conjugado entre profissionais sediados em Brasília e no Rio de Janeiro, resultou o capítulo 12 do Relatório Final,

chamado *Desaparecimentos Forçados*. Interessante notar que, nesse quesito, a CNV adotou uma categoria bastante inédita de "morto, vítima de desaparecimento", algo que não aparece em outros materiais. Depois desse primeiro momento na CNV, e findados os capítulos mais conceituais, passei a trabalhar nos perfis individuais de vítimas, o que hoje a gente conhece como Volume 3 do Relatório Final.

Cadernos do NUPPOME – Desde 2023, você tem atuado junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), como Coordenadora-Geral de Políticas de Memória e Verdade. Como tem sido esta experiência? É a primeira vez, salvo engano, que um Governo Federal brasileiro possui um órgão específico para tratar do tema. O que você destacaria como avanços na sua atuação junto ao MDHC?

Paula Franco – Eu já havia trabalhado na pasta de direitos humanos entre 2018 e 2019. Naquela época, o posto que ocupo atualmente era como diluído numa Coordenação-Geral que prestava apoio administrativo à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e, nesse bojo, também tinha a atribuição de implementar políticas de memória. Na estrutura atual, uma Coordenação-Geral fica exclusiva ao apoio à Comissão Especial e outra, ocupada por mim no momento, fica atrelada às políticas temáticas. Ambas as coordenações fazem parte da Assessoria de Defesa da Democracia, Memória e Verdade, vinculada ao Gabinete Ministerial. Essa área destinada a tratar as políticas de memória passou por muitas transformações ao longo das décadas: desde que uma pasta foi destinada a tratar de direitos humanos no Executivo federal, percebemos idas e vindas na existência de uma área dedicada especificamente às políticas de memória. Essa falta de continuidade lega alguns desafios, especialmente na atual gestão, que sucedeu um governo abertamente contrário a esse tipo de política pública. Por isso mesmo, nessa gestão, decidimos encarar com especial atenção um tema que além de suscitar muito interesse esteve represado nos últimos anos: os lugares de memória. A gente tem um projeto bem interessante chamado *Lugares pela Memória*, que consiste no mapeamento de locais em todo o Brasil que estão vinculados ao passado recente da ditadura por diferentes aspectos. Esses locais já estão disponíveis num mapa interativo, que a gente desenvolveu justamente para ser um material para qualquer pessoa interessada, mas também para uso em ambientes de educação formal ou mesmo em circuitos pelas cidades, em propostas de educação não-formal. Esse mapeamento tem sido possível por meio de trabalho de consultores contratados pelo Ministério, em parceria com o PNUD. Hoje, contamos com a colaboração do historiador João Teófilo Silva e do advogado Carlos Eduardo Soares de Freitas. Também contamos anteriormente com os trabalhos de Mariana Ferreira Bicalho. Tudo isso tem sido coordenado pela nossa área, onde atuamos Elson Silva e eu. Posteriormente, alguns desses locais serão sinalizados com placas e totens, que é justamente para que quem esteja transitando também possa ter a curiosidade despertada. Além disso, o projeto também visa contribuir conceitualmente no entendimento sobre "lugar de memória", uma vez que muitos países já tornaram essa ideia norma, porém o Brasil ainda não. Finalmente, o projeto abarca o apoio à transformação de alguns espaços em memoriais, como o que ocorre em relação à Casa da Morte de Petrópolis. Hoje, é possível saber mais sobre esse projeto tanto pela página do MDHC na aba "memória e verdade", quanto pelo acesso à cartilha da área e por meio do Observa DH, que abriga o mapa interativo dos locais.

Páginas citadas:

MDHC: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/memoria-e-verdade>

Cartilha: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/memoria-e-verdade/cartilha>

Observa DH: <https://observadh.mdh.gov.br/>

Cadernos do NUPPOME – Durante o seu doutorado, você foi contemplada com uma bolsa do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), mantido pela CAPES, realizando Estágio Doutoral no Instituto de Investigaciones Gino Germani (IIGG), da Universidad de Buenos Aires (UBA, Argentina). É frequente, entre pesquisadoras/es da área, comparar os avanços empreendidos na Argentina com as dificuldades enfrentadas para implementar políticas de memória no Brasil. O que você acha que ajuda a entender porque nosso país vizinho avançou tanto em relação às medidas destinadas às vítimas da ditadura em comparação ao caso brasileiro?

Paula Franco – Essa é uma questão que certamente todas nós, pesquisadoras da área, enfrentamos em algum momento. Mas, eu convidaria a quem nos lê a reposicionar essa pergunta: como mesmo em um país com políticas de memória e verdade – sem contar os processos judiciais – tão bem constituídas, foi possível uma virada à extrema direita? Onde fica a perspectiva de não-retorno, não-repetição quando miramos casos concretos como esses? Tem me interessado imensamente pensar sobre os períodos em que a Argentina ainda não ocupava esse lugar de farol para as políticas dessa modalidade na nossa região. E esse interesse nasceu justamente da percepção que tive durante o tempo em que vivi no país. Só ali me dei conta concretamente sobre como essa base sólida nem sempre esteve colocada: foram anos de indulto, de propagação de ideias conservadores como a de que a ditadura foi uma "guerra suja" ou de que tudo poderia ser explicado na chave da teoria dos dois demônios - algo que aparece, inclusive, no informe final deixado pela Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (CONADEP) na década de 1980. Há, ainda, relatos de pessoas que voltaram do exílio - entre elas crianças, filhas de militantes de esquerda, e que conviveram por anos pela deslegitimação social. Pontuo tudo isso e esse convite ao reposicionamento do questionamento justamente para dimensionar que, de fato, temos políticas historicamente menos sólidas quando pensamos em direito à verdade e memória no Brasil e nos comparamos com a Argentina. Por outro lado, acho oportuno pensarmos no que não deu certo lá, sobre os períodos em que essa quase hegemonia no modelo de "pensar memória" ainda não estava posto. Por que me parece essa uma chave muito interessante para construirmos nossas próprias políticas. É verdade que o caminho de construção da democracia contemporânea e dos valores dos direitos humanos passa diretamente pelas ditaduras militares quando pensamos no contexto da América Latina, sobretudo do Cone Sul do continente. Mas, também podemos pensar sobre como esses valores são necessariamente atravessados pelas políticas que levam em conta os temas raciais, de gênero, de classe, de território. No Brasil, temos a oportunidade de construir nossas políticas considerando tais dimensões que são impossíveis de serem dissociadas para a nossa realidade.

Cadernos do NUPPOME – Governos alinhados à (extrema) direita em diferentes países têm chegado ao poder nos últimos anos. Estes governos têm instrumentalizado, entre outras pautas, discursos que distorcem, relativizam ou negam fatos relacionados a direitos humanos, regimes de exceção e seus crimes. O que fazer diante do negacionismo?

Paula Franco – Eu adoraria ter uma resposta contundente sobre como reagir à extrema direita, mas é difícil. A nossa recente experiência brasileira desvelou que a extrema direita nem sempre atua só no negacionismo, embora seja essa uma frente de atuação bastante relevante. Para além disso, temos aí um traço ainda mais desafiador: não se trata apenas de negar, mas muitas vezes de assumir a violência estatal e positivá-la no discurso político. Lá na primeira

pergunta, eu me localizei em uma geração logo após à ditadura, nasci nos anos 1980. Durante a juventude convivi com toda uma classe de políticas que me envolveram e me sensibilizaram para a temática. Agora, a gente vive outra realidade: o próprio aparato comunicacional da extrema direita e sua força tinge o tecido social de forma marcante. Acho importante colocar essa perspectiva porque, pelo menos no que tange ao nosso tema de pesquisa, acho que não tem uma receita para o enfrentamento das posturas negacionistas, autoritárias e extremistas. Até porque, por mais que haja uma conduta similar, em cada caso percebemos o uso de ferramentas específicas e que demandam reações igualmente específicas. Obviamente, políticas de memória e verdade – que colocam em destaque a conduta violenta de Estado – sempre são alvo de algum ataque, nesses contextos. Isso porque, a memória sempre é um campo de disputas. Não é sem motivos que em contextos de extremismo político, a memória ganha força de alguma maneira e passa a ser percebida como valor essencial: o próprio sucesso de *Ainda Estou Aqui* e do novo *Agente Secreto* justamente nos anos que vivemos, após sairmos de um governo de extrema direita acenam para isso.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

GÉNERO Y MEMORIA: UNA CRÍTICA FEMINISTA A LOS ESCENARIOS DE POSCONFLICTO



Eliana Delgado González

***Doutoranda em Memória Social e
Patrimônio Cultural na Universidade
Federal de Pelotas (UFPEL).***

***Mestra pelo mesmo curso e graduada em
Antropologia (Universidad Nacional de
Colombia) e Ciência Política (Pontifícia
Universidad Javeriana, Bogotá) na
Colômbia.***

***Desenvolve pesquisas sobre gênero e
memórias da violência na Colômbia.***

12

Históricamente, la guerra y los conflictos armados han sido entendidos como dominios eminentemente masculinos, donde la participación de las mujeres se ha reducido tradicionalmente a los roles de víctimas, espectadoras pasivas o incluso trofeos simbólicos (Mann, 2015). Esta visión se sustenta en una atribución esencialista que vincula a las mujeres con una supuesta inclinación "natural" hacia el pacifismo, lo que ha contribuido a invisibilizar su papel como sujetos activos en la perpetración de la violencia y/o en la construcción de paz (Avoine y Tillman, 2015). La incursión de las mujeres en espacios militarizados, tradicionalmente asociados con lo masculino, no solo desafía los estereotipos de género hegemónicos, sino que también representa

una transgresión a las normas sociales que delimitan lo que se considera un comportamiento "apropiado" para cada género (Mann, 2015).

Lo expuesto pone de manifiesto la imperiosa necesidad de explorar desde la academia las memorias de mujeres que han participado activamente en los conflictos armados, no sólo como víctimas, sino como agentes y sujetas políticas con capacidad de agencia en la guerra, en la construcción de paz y en los escenarios de posconflicto. Reconocer estas voces implica cuestionar y desestabilizar los discursos hegemónicos y patriarcales que históricamente han relegado a las mujeres al silencio o a roles secundarios. En este sentido, visibilizar sus experiencias y relatos puede abrir paso a la formulación de políticas de memoria más inclusivas, plurales y subversivas, capaces de confrontar las violencias estructurales que han sostenido la exclusión histórica de sus narrativas.

En el caso colombiano, por ejemplo, esta necesidad adquiere especial relevancia, dado el carácter prolongado, complejo y profundamente masculinizado del conflicto armado interno². Durante décadas, las mujeres guerrilleras han desempeñado múltiples roles dentro de las insurgencias, desafiando las fronteras impuestas por los mandatos de género y reconfigurando su lugar en la guerra y en la paz (Esguerra, 2011). Sin embargo, sus memorias han sido sistemáticamente invisibilizadas tanto en los relatos oficiales como en los procesos de justicia transicional, donde suelen ser reducidas a víctimas o tratadas con sospecha por su participación armada (CNMH, 2018). Abordar críticamente estas ausencias permite comprender cómo opera el silenciamiento antes, durante y después del conflicto, y abre un espacio para interrogar las lógicas de exclusión que persisten en las políticas de memoria y en la construcción de paz en el país.

Diversas investigadoras sobre el conflicto armado en Colombia han demostrado que desde los primeros registros históricos sobre las insurgencias en el país se ha omitido

² El conflicto armado interno en Colombia, iniciado en la década de 1960, tiene sus raíces en profundas tensiones de orden agrario e ideológico. A lo largo de más de cinco décadas, este conflicto se ha caracterizado por una confrontación prolongada y compleja, en la que han participado múltiples actores: grupos guerrilleros, estructuras paramilitares, agentes del Estado, organizaciones narcotraficantes, entre otros. Las consecuencias han sido devastadoras para la población civil: entre 1985 y 2025 se han registrado más de nueve millones de víctimas, afectadas por asesinatos, secuestros, desplazamientos forzados, violencia sexual, reclutamiento forzado y otras formas de violencia sistemática. Este conflicto ha configurado una de las crisis humanitarias más prolongadas y complejas de América Latina.

sistemáticamente la participación de mujeres al interior de las filas de los grupos armados (Cartagena, 2018; Ocampo, 2020; Delgado, 2023). La falta de información sobre su papel no sólo invisibiliza sus experiencias en el desarrollo del conflicto, sino que también refuerza una narrativa histórica que ha priorizado el protagonismo masculino en la guerra, dejando fuera las voces femeninas y sus luchas en estos espacios de confrontación.

Esta omisión, en el caso colombiano, se repite en las cifras y memorias sobre los procesos de desmovilización, donde no existen registros detallados sobre la participación de las mujeres, tanto en las filas de los grupos armados como en los programas de reincorporación (Londoño y Nieto, 2007). También se ha evidenciado que los programas de Desarme, Desmovilización y Reintegración (DDR) implementados desde los años ochenta a nivel nacional hasta la primera década del siglo XXI no incorporaron un enfoque de género que atendiera las realidades y necesidades particulares de las mujeres desmovilizadas (Pedraza, 2016).

La exclusión de las mujeres también se hizo evidente durante las negociaciones de paz entre el Estado colombiano y las FARC-EP, llevadas a cabo entre 2012 y 2016, que culminaron con la firma del Acuerdo Final de Paz en noviembre de ese año. La participación de las mujeres en la mesa de diálogo no fue un reconocimiento otorgado desde el inicio del proceso, sino el resultado de una intensa movilización impulsada por organizaciones de mujeres, académicas, activistas y el acompañamiento de la comunidad internacional (De la Hoz, Machado y Mejía, 2019). Gracias a estas presiones, el Acuerdo incorporó un enfoque de género integral, orientado a garantizar la protección de mujeres, niñas, niños y adolescentes, reconociendo los riesgos específicos que enfrentan frente a la violencia sexual, el desplazamiento forzado y otras formas de violencias derivadas del conflicto armado. Asimismo, este enfoque buscó atender las necesidades diferenciadas de las víctimas mujeres, en consonancia con las recomendaciones de organismos internacionales como Naciones Unidas, que han instado a que todo acuerdo de paz adopte medidas de reparación sensibles al género y promueva la participación activa y equitativa de las mujeres en los procesos de construcción de paz (Flórez y Orjuela, 2023).

Si bien la transversalización del enfoque de género representó un avance significativo para visibilizar el impacto diferenciado del conflicto armado sobre las mujeres, diversas autoras han señalado los límites de esta perspectiva (De la Hoz, Machado y Mejía, 2019; Vargas y Díaz, 2018). En particular, se ha criticado que el enfoque de género presente en el Acuerdo se centra prioritariamente, y comprensiblemente, en las mujeres víctimas, lo cual ha implicado la omisión de otras trayectorias femeninas en el conflicto, especialmente las de aquellas que participaron como combatientes dentro de las filas insurgentes. Esta omisión revela una visión parcial del papel de las mujeres en la guerra, que perpetúa estereotipos de género y reproduce formas de exclusión simbólica y material. La ausencia de un reconocimiento explícito a las excombatientes, como las mujeres desmovilizadas de las FARC-EP, no solo limita su inclusión en los procesos de reintegración social y política, sino que también debilita la posibilidad de construir una memoria histórica plural, que contemple las múltiples formas en que las mujeres han experimentado, resistido y participado en el conflicto armado colombiano.

Los hallazgos encontrados en el caso colombiano no distan mucho de otros conflictos armados en el mundo. ONU Mujeres señaló, en 2015, que:

(...) de 664 acuerdos firmados entre 1990 y 2000, 73 (el 11%) incluían al menos una referencia a las mujeres, y que este porcentaje aumentó a un 27% (138 acuerdos) a partir de la aprobación de la resolución 1325 hasta el 1 de enero de 2015, y que no obstante, esta misma cifra demuestra el hecho de que cerca de tres cuartas partes de los acuerdos de paz de los últimos 15 años siguen siendo ciegos al género (ONU Mujeres, 2015).

Este patrón de omisión evidencia un silenciamiento estructural que trasciende fronteras y que responde a lógicas hegemónicas y patriarcales que han negado sistemáticamente la condición de las mujeres como agentes políticas activas en los conflictos armados y en los procesos de construcción de paz. La exclusión de sus memorias en las narrativas oficiales no solo reproduce prácticas de invisibilización y subordinación, sino que también restringe la posibilidad de establecer políticas públicas inclusivas y procesos de memoria más democráticos y transformadores. Superar esta omisión histórica es, por tanto, un imperativo ético y político para

avanzar hacia una paz sostenible, con justicia y equidad, que reconozca y restituya el lugar de las mujeres en la reconstrucción del tejido social, político y simbólico en los contextos de posconflicto.

La memoria debe ser comprendida como una construcción política del pasado, configurada en el marco de relaciones de poder que buscan dotar de sentido a los acontecimientos históricos desde determinados posicionamientos ideológicos. En este sentido, la memoria no es neutra ni espontánea, sino un instrumento de saber-poder, cuya función social se despliega en escenarios de disputa simbólica y política, donde diversos actores pugnan por el control de las narrativas que representan a los sujetos y definen qué debe ser recordado y cómo debe serlo (Arroyave, 2009). Así, la disputa por la memoria constituye un campo de confrontación en el que se articulan demandas de reconocimiento, legitimidad y justicia, y en el que se pone en juego no solo el pasado, sino también la posibilidad de transformar el presente y proyectar futuros alternativos.

En este marco, las memorias hegemónicas emergen como relatos dominantes que adquieren el estatus de verdad en contextos específicos y se consolidan como versiones oficiales del pasado. Estas narrativas, generalmente promovidas por instituciones estatales y reproductoras del orden social vigente, son resultado de procesos de negociación y exclusión dentro de un sistema de poder que jerarquiza ciertas versiones por encima de otras (Monkevicius, 2020). Lejos de constituir una representación objetiva de los hechos, las memorias hegemónicas tienden a silenciar, marginalizar o incluso apropiarse de memorias disidentes, impidiendo su validación pública o institucional. En este proceso, no solo se omiten voces subalternas, sino que se legitiman estructuras históricas de dominación, entre ellas el orden patriarcal y las desigualdades de género.

Las memorias institucionalizadas operan como mecanismos de reproducción del *statu quo*, ya que moldean la identidad colectiva e imponen sentidos sobre el pasado que refuerzan las jerarquías sociales, políticas y culturales existentes (Ibid.). En particular, contribuyen a la invisibilización de experiencias que desafían los marcos normativos dominantes, como es el caso de las mujeres insurgentes, cuyas memorias son frecuentemente excluidas de los relatos oficiales.

Reconocer estas dinámicas de exclusión permite problematizar críticamente las memorias autorizadas y abrir espacio para la incorporación de relatos plurales que hagan justicia a la complejidad del conflicto armado y a la participación histórica de las mujeres como sujetas políticas activas.

La construcción y establecimiento de las memorias hegemónicas responden a una lógica patriarcal, racista y clasista que busca perpetuar los intereses y privilegios de las elites económicas, sociales y políticas (Mann, 2015). Esta lógica impone una visión reduccionista del pasado, construida desde el punto de vista masculino y occidental, que pretende universalizar su experiencia histórica como verdad absoluta, excluyendo sistemáticamente otras voces y memorias. Como afirman Troncoso y Piper (2015), la representación del mundo ha sido históricamente una operación de los hombres, quienes lo narran desde su propia perspectiva, invisibilizando así la historia de la rebeldía, las resistencias y las luchas colectivas de las mujeres.

Esta operación de silenciamiento se reproduce con particular intensidad en los discursos sobre la guerra, donde el relato dominante posiciona a los hombres como los protagonistas del conflicto y a las mujeres como figuras pasivas o pacificadoras, reforzando los estereotipos de género tradicionales (Mann, 2015). Las políticas de memoria tienden, por tanto, a reafirmar esta narrativa binaria, donde lo masculino se asocia con la acción bélica y lo femenino con la paz, la víctima o la retaguardia.

Desde diversos feminismos se ha denunciado con insistencia cómo el poder patriarcal ha despojado a las mujeres de sus memorias, narrativas y genealogías de lucha, convirtiendo su recuperación en una tarea política urgente. En este sentido, una mirada feminista crítica obliga a interrogar los fundamentos mismos de la construcción de memoria: quién narra, desde dónde, con qué intereses y con qué efectos (Troncoso y Piper, 2015). Esta perspectiva permite desmontar la supuesta neutralidad de los relatos oficiales y evidenciar que toda memoria es también una forma de poder que configura la realidad social. En contextos de posconflicto como el colombiano, esta crítica adquiere especial relevancia, pues la construcción de memorias colectivas acríticas, patriarcales y dominantes impide la resignificación del género, y obstaculiza la posibilidad de imaginar y construir una paz verdaderamente transformadora e inclusiva.

A pesar del poder que detentan las memorias hegemónicas en la configuración de los relatos oficiales sobre el pasado, es crucial reconocer que la memoria, precisamente por ser un campo en disputa, también ofrece posibilidades para subvertir y transformar los órdenes normativos existentes, incluidos los regímenes de género. Desde una perspectiva crítica y feminista, la memoria no solo puede funcionar como herramienta de denuncia frente a las violencias históricas y estructurales, sino también como espacio de resignificación política, desde el cual cuestionar las formas dominantes de narrar, representar y comprender tanto el pasado como las identidades de quienes lo habitaron.

En este sentido, Troncoso y Piper (2015) sostienen que un abordaje feminista de la memoria es fundamental para desestabilizar los relatos oficiales, visibilizar procesos de construcción de subjetividades generizadas y expandir las posibilidades de imaginar formas de existencia menos sujetas a las jerarquías de género impuestas. Un abordaje crítico de la memoria se articula con las luchas contra múltiples formas de violencia y opresión, y guarda un compromiso político con la revisión cuidadosa de las identidades y los marcos normativos que las constituyen. Por ello, el ejercicio de memoria desde una mirada feminista no debe limitarse a la evocación de hechos traumáticos o a la restitución de voces silenciadas, sino que debe implicar también una reflexión sobre cómo el Estado, sus instituciones y discursos han participado activamente en la producción de olvidos, exclusiones y verdades parciales.

Resulta entonces necesario desplegar una crítica feminista a las memorias dominantes, no solo para revisar las huellas del pasado, sino también para examinar las estructuras de poder que median su construcción y legitimación. Esta crítica debe interrogar las pretensiones de verdad absoluta que suelen acompañar a los relatos oficiales, desnaturalizando sus fundamentos y revelando su carácter discontinuo, fragmentario y contingente. Además, debe permitir la emergencia de memorias insurgentes que reconozcan la agencia política de las mujeres, incluidas las mujeres insurgentes, desde lugares que no se limiten al papel de víctimas. Al recuperar la noción de agencia como resistencia, esta crítica feminista abre el camino para pensar memorias de los conflictos armados que no reproduzcan la lógica del silenciamiento, sino que habiliten la reconstrucción de historias desde otros marcos éticos, narrativos y políticos.

En esta línea, es indispensable reconocer que los contextos de posconflicto no son escenarios neutros ni cerrados, sino territorios profundamente disputados en términos simbólicos, donde se libra una batalla por la memoria. Esta disputa implica una pregunta fundamental: ¿con quiénes tenemos una deuda histórica como sociedad? Tal como lo plantea Ricoeur (2004), la deuda es con aquellos y aquellas que han sido históricamente excluidos de los procesos de recordación colectiva: mujeres, pueblos indígenas, comunidades negras, campesinado y, en general, los sujetos subalternizados que fueron silenciados por los relatos oficiales. Estos “otros” y “otras” han sido eliminados narrativamente a través de mecanismos de legitimación del poder, que han distorsionado u omitido sus experiencias en las versiones institucionalizadas de la historia.

Sin embargo, el acto de reivindicar memorias silenciadas no puede consistir simplemente en "dar la vuelta" al relato dominante o invertir las categorías binarias de víctima y victimario. Las memorias que emergen desde los márgenes deben problematizar esas mismas dicotomías, y hacer visible la complejidad, ambivalencia y pluralidad de los lugares que los sujetos han ocupado en los conflictos armados. En el caso de las mujeres insurgentes, por ejemplo, es crucial no reproducir esquemas que las reduzcan a victimarios absolutos o que las despojen nuevamente de sus experiencias diferenciadas y complejas. En cambio, estas memorias deben abrirse a narrativas que den cuenta de las múltiples formas de participación, resistencia, elección y contradicción que caracterizan su trayectoria en la guerra y en el tránsito hacia la paz.

Frente a la persistencia de memorias hegemónicas que reproducen el silenciamiento de los sujetos subalternizados, especialmente en contextos de posconflicto como el colombiano, se vuelve urgente la creación de estrategias narrativas y políticas que permitan disputar ese orden simbólico impuesto. En este horizonte se sitúa la propuesta de contra-historia formulada por Saidiya Hartman (2020), entendida como una práctica de narración que desafía las estructuras epistémicas y materiales del poder que históricamente han definido qué vidas merecen ser contadas, recordadas y legitimadas. Para Hartman, la historia dominante se sustenta en una violencia fundacional que produce sujetos subordinados a través de su exclusión narrativa,

construyendo a las personas oprimidas no a partir de sus experiencias, sino desde los registros del poder que las nombra, vigila, castiga o ignora. En este sentido, la contra-historia se propone como un acto de reparación simbólica frente a esa violencia ontológica que ha configurado el olvido como destino para millares de mujeres de las que no se conservan nombres, rastros materiales ni relatos propios.

Narrar esas vidas, hacer memoria de ellas, no sólo implica reconocer su existencia como agentes históricos, sino también evitar reproducir la misma violencia que las borró, ahora en forma de apropiación, victimización o exotización. La contra-historia, en tanto práctica libertaria y descolonizadora, busca representar la vida de los subalternizados sin encerrarlos nuevamente en los márgenes del relato. Como advierte Hartman (2020), su potencia no radica únicamente en “dar voz” a quienes han sido silenciados, sino en tensionar las formas mismas de narrar el pasado, desestabilizando las memorias oficiales, los archivos institucionales, los monumentos y las versiones autorizadas de la historia.

En este marco, contar las memorias de las mujeres insurgentes no puede limitarse a la lógica reparativa del reconocimiento individual ni a una inversión simplista del relato de la guerra. Más bien, debe pensarse como un ejercicio político que reconfigure los marcos desde los cuales comprendemos la agencia femenina en contextos de violencia, y que desborda las categorías tradicionales de víctima o victimario. En línea con Achille Mbembe (2003), esta disputa por el pasado se vincula directamente con la soberanía sobre el presente y el futuro, entendida como la capacidad de definir quién puede vivir, cómo puede hacerlo y qué memorias son necesarias para sostener esa vida en común. La reconstrucción de pasados colectivos desde una óptica crítica y plural se convierte entonces en un acto de justicia epistemológica que pone en tensión las jerarquías de saber, verdad y valor que han gobernado las políticas de memoria.

No obstante, este esfuerzo contra-hegemónico no está exento de riesgos. Como advierte Enzo Traverso (2004), existe el peligro de que las memorias subalternas sean instrumentalizadas para fines conmemorativos cerrados sobre sí mismos, transformándose en cultos nostálgicos que despolitizan el pasado y lo sustraen del pensamiento crítico. Por ello, la contra-historia no debe caer en esencialismos, ni reducirse a la representación exclusiva de las subalternidades, sino articularse como

una práctica relacional que, al poner en diálogo múltiples memorias, en conflicto, en tensión, en contradicción, sea capaz de contribuir a un proyecto colectivo de transformación histórica y política. En el caso colombiano, esta perspectiva resulta vital para la incorporación efectiva y crítica de las memorias de mujeres excombatientes, no como anexos narrativos de la guerra, sino como protagonistas de una historia que aún está en disputa.

La contra-historia se configura como una herramienta de resistencia y reparación simbólica ante la violencia ejercida a través de las versiones oficiales de la historia. La disputa por la memoria es, en última instancia, una disputa por el reconocimiento y la dignificación de quienes han sido excluidos del relato oficial. La construcción de narrativas alternativas no solo permite visibilizar otras experiencias del conflicto, sino que también abre el camino hacia una memoria más justa, plural e incluyente.

Lo que se propone con este texto no es únicamente demostrar que la relación entre género, memoria y conflicto armado ha estado históricamente condicionada por estructuras patriarcales, racistas y clasistas, sino, ante todo, afirmar la urgencia de disputar esos relatos desde una crítica feminista que dignifique y visibilice las memorias subalternizadas. En este sentido, se plantea la contra-historia como una herramienta ética, política y narrativa que no solo tensiona los discursos oficiales, sino que habilita otros modos de narrar, recordar y representar a quienes fueron históricamente silenciadas.

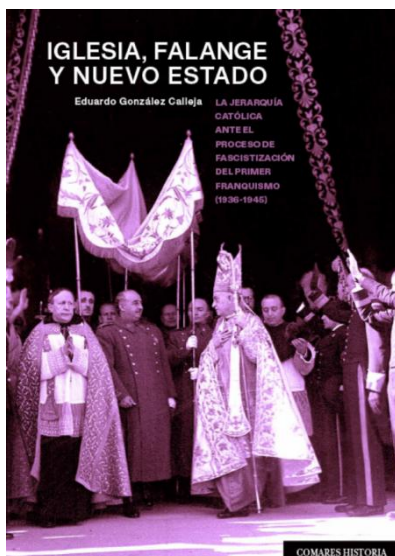
Así, es imperativo evidenciar el deber que tiene la academia en la construcción, visibilización y reivindicación de las memorias subalternizadas a través de estrategias narrativas como la contra-historia, en tanto acto de resistencia. Significa entonces reconocer la rebeldía histórica de las mujeres a partir del cuestionamiento y desestabilización de los relatos oficiales sobre la guerra y sobre la paz, para hacer de la memoria no solo un campo en disputa sino un refugio de dignidad, un espacio vivo donde la subalternidad deja de ser un eco silenciado para convertirse en voz y presencia.

REFERENCIAS

- ARROYAVE, J. *Memoria de los combates, combates de la memoria*. Katharsis, p. 63–84, 2009.
- AVOINE, A.; TILLMAN, R. *Demobilized Women in Colombia: Embodiment, Performativity and Social Reconciliation*. In: SHEKHAWAT, S. (Ed.). *Female Combatants in Conflict and Peace*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.
- CARTAGENA, L. *La representación de la “mujer fariana” en un contexto militar. Frente 57 de las FARC-EP*. Medellín: Universidad de Antioquia, 2018.
- CENTRO NACIONAL DE MEMORIA HISTÓRICA (CNMH). *Género y memoria histórica: Balance de la contribución del CNMH al esclarecimiento histórico*. Bogotá: CNMH, 2018. Disponible en: https://pure.urosario.edu.co/ws/portalfiles/portal/21551526/BALANCE_GENERO.pdf. Acceso en: 16 jul. 2025.
- DE LA HOZ, K.; MACHADO, M.; MEJÍA, J. El enfoque de género dentro del Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No repetición. *Justicia*, v. 24, n. 36, p. 145–158, 2019.
- DELGADO, E. *De la guerra a la paz: identidades en transición. Análisis de la transformación de la autorrepresentación del género de mujeres excombatientes*. Trabajo de grado (Politología) – Pontificia Universidad Javeriana, 2023.
- ESGUERRA, J. *Desarmando las manos y el corazón: Transformaciones de la identidad de género de excombatientes de FARC y AUC en Colombia (2004-2010)*. Trabajo de grado (Politología) – Pontificia Universidad Javeriana, 2011.
- FLÓREZ, V.; ORJUELA, P. *Análisis crítico del enfoque de género aplicado por la Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición (CEV) en su Informe Final*. Trabajo de grado (Politología) – Universidad de Los Andes, 2023.
- HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *Revista ECO-Pós*, v. 23, n. 3, p. 12–33, 24 dez. 2020.
- LONDOÑO, L.; NIETO, Y. *Mujeres no contadas: procesos de desmovilización y retorno a la vida civil de mujeres excombatientes en Colombia, 1990-2003*. Medellín: Carreta Editores EU, 2007.
- MANN, C. Women in combat: identifying global trends. In: SHEKHAWAT, S. (Ed.). *Female Combatants in Conflict and Peace*. Londres: Palgrave Macmillan, 2015. p. 20–35.
- MBEMBÉ, A. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003.
- MONKEVICIUS, P. C. ¿Quién puede hablar sobre el pasado afroargentino?: Disputando las memorias hegemónicas desde el liderazgo afrodescendiente. *RUNA, archivo para las ciencias del hombre*, v. 41, n. 1, 2020.
- OCAMPO, L. *Estado de la Cuestión: Participación de Mujeres en la Guerrilla FARC-EP*. Trabajo de grado (Maestría en Sociología) – Universidad Nacional de Colombia, 2020.
- ONU MUJERES. *1325: Participación de las mujeres a 15 años de la agenda de Mujeres, Paz y Seguridad*. [s.l.]: ONU, 2015. Disponible en: <https://colombia.unwomen.org/es/noticias-y-eventos/articulos/2015/12/15-aniversario-1325>. Acceso en: 16 jul. 2025.
- PEDRAZA, A. *La reintegración a la vida civil y sus condicionantes: las necesidades específicas de las mujeres ex combatientes. Caso de estudio: proceso de reintegración de las AUC entre 2002 y 2008*. Trabajo de grado (Politología) – Universidad del Rosario, 2016.
- RICOEUR, P. La memoria ejercida: uso y abuso. In: RICOEUR, P. *La memoria, la historia y el olvido*. Traducción: Agustín Neira. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004. p. 81–123.
- TRAVERSO, E. La singularidad de Auschwitz. Un debate sobre el uso público de la historia. *Cuicuilco*, v. 11, n. 31, p. 1–17, 2004.
- TRONCOSO, L.; PIPER, I. Género y memoria: articulaciones críticas y feministas. Athenea Digital. *Revista de pensamiento e investigación social*, v. 15, n. 1, p. 65–90, 2015.
- VARGAS, L.; DÍAZ, Á. Enfoque de género en el acuerdo de paz entre el Gobierno Colombiano y las FARC-EP: transiciones necesarias para su implementación. Araucaria. *Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*, v. 20, n. 39, p. 388–411, 2018.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



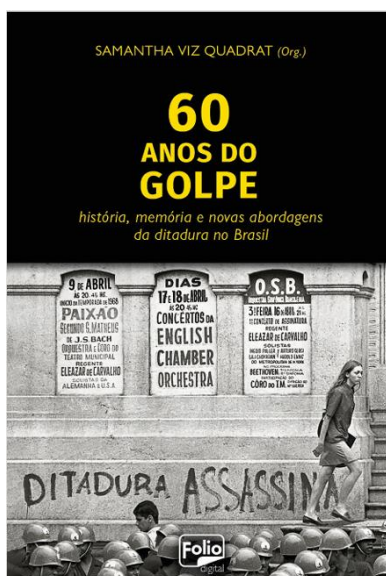
Iglesia, Falange y Nuevo Estado

Eduardo González Calleja

Albolote: Comares Editorial, 2023.

Escrito por González Calleja, professor da Universidad Carlos III de Madrid (Espanha), o livro busca compreender as relações entre a Igreja espanhola e o Estado antes e depois da chegada de Franco ao poder. Através do acesso a arquivos inéditos do Vaticano, o autor reconstituiu parte deste passado, observando como e quando setores da Igreja colaboraram com a ditadura, mas também tensionaram com parte dos seus integrantes.

23

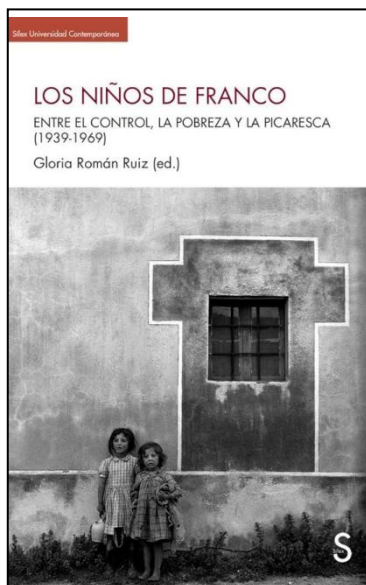


60 anos do Golpe: história, memória e novas abordagens da ditadura no Brasil

Samantha Viz Quadrat (Org.)

Rio de Janeiro: Folio Digital, 2024.

Organizada por Samantha Quadrat, professora na Universidade Federal Fluminense (UFF), esta coletânea propõe uma reflexão profunda em torno da passagem dos 60 anos do Golpe de 1964 no Brasil. Para tanto, reúne pesquisadoras/es de diferentes regiões do país, todas/os refletindo sobre o passado e o presente, mas também sobre perspectivas de futuro no tocante às políticas de memória.

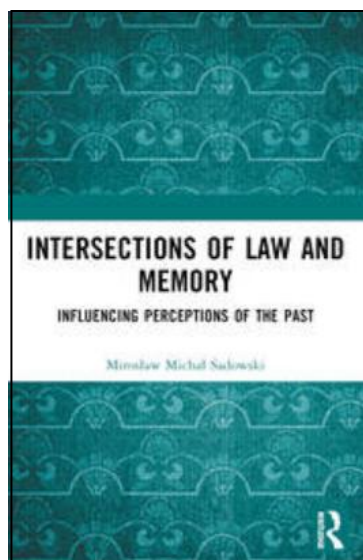


Los niños de Franco: entre el control, la pobreza y la picaresca (1939-1969)

Gloria Román Ruiz (Ed.)

Madrid: Sílex Ediciones, 2024.

Nesta coletânea, pesquisadoras/es espanhóis analisam os impactos da ditadura franquista nas crianças que viveram entre 1939 e 1969. São analisados os efeitos que a pobreza, o controle, a doutrinação e as estratégias de sobrevivência tiveram sobre milhares de crianças cujas existências foram atravessadas pelo franquismo.

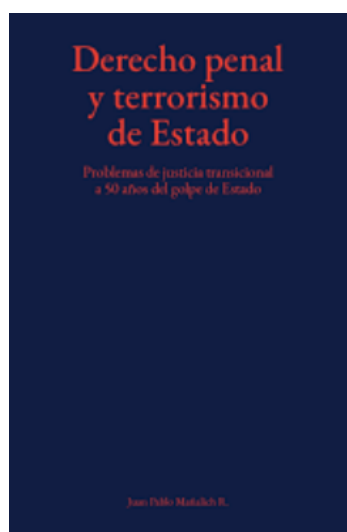


Intersections of Law and memory: influencing perceptions of the past

Mirosław Michał Sadowski

Nova Iorque: Routledge, 2024.

Neste livro, Sadowski, pesquisador polonês, realiza uma reflexão sobre as conexões entre Direito e memória. Entre outras questões, busca entender como o Direito impacta na construção da memória coletiva e nas percepções que as pessoas possuem sobre passados traumáticos. Para tanto, tem como base empírica estudos de caso sobre Japão, Iraque, Brasil, Portugal, Ruanda e Polônia.



Derecho Penal y terrorismo de Estado

Juan Pablo Mañalich

Santiago de Chile: Roneo, 2023.

Neste livro, Mañalich analisa as diferentes formas como o direito penal pode ser instrumentalizado para lidar com os crimes cometidos pela ditadura chilena. Trata-se de uma obra que propõe uma reflexão sobre a justiça de transição no país numa conjuntura marcada pela rememoração dos 50 anos do Golpe de Estado de 11/09/1973.



Heranças da ditadura na literatura brasileira contemporânea

Maria Zilda Ferreira Cury, Fabíola Padilha e Cimara Valim de Melo (Org.)

São Paulo: Alameda, 2024.

Nesta coletânea, são analisadas as formas como os legados da ditadura brasileira foram abordados através da literatura contemporânea e do cinema. Nos capítulos que compõem a obra, são discutidas questões relacionadas a gênero, sexualidade e povos indígenas, entre outros temas.



Contos da cela três: memórias de uma presa política da ditadura

Maria Amélia de Almeida Teles

São Paulo: Ema Editorial, 2024.

Escrito pela ex-presa política, jornalista, militante e feminista Amelinha Teles, o livro reúne 16 contos que abordam o período da ditadura, as experiências pessoais vividas pela autora quando foi alvo da repressão, assim como a sua trajetória pessoal nas lutas por memória, verdade e justiça empreendidas no tempo presente.



Zona de interesse

Um filme dirigido por Jonathan Glazer.

Estados Unidos-Reino Unido-Polônia, 2023.

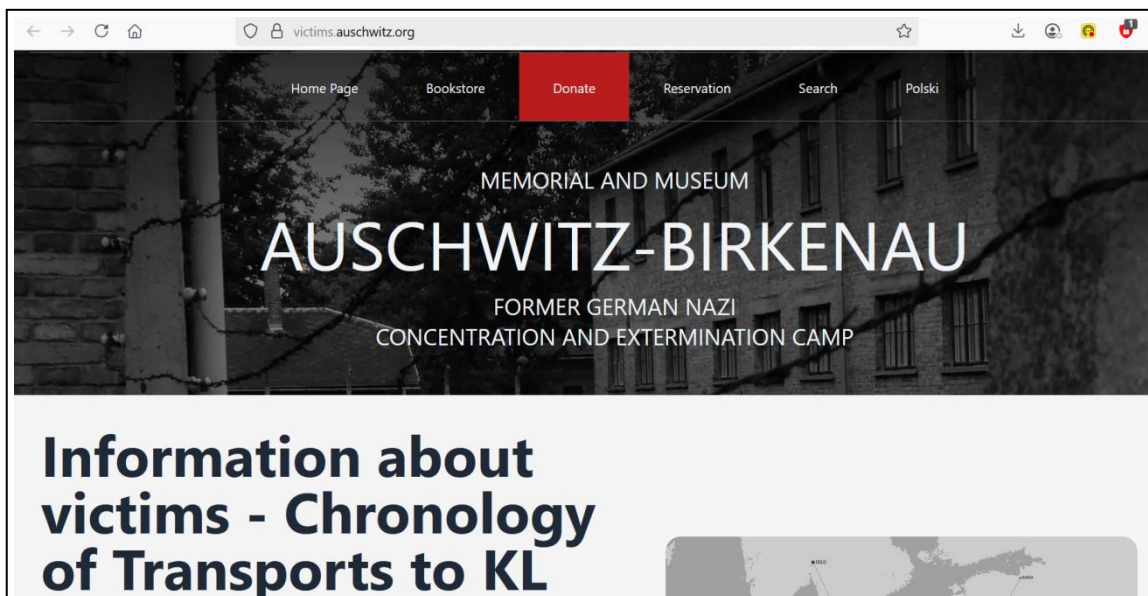
Neste filme, vencedor, entre outros prêmios, do Oscar de Melhor Filme Internacional, é retratada parte da vida de Rudolf Höss, comandante do campo de concentração de Auschwitz, e de sua família. O filme mostra como interesses pessoais de Höss e Hedwig, sua esposa, permitiram-lhes obter vantagens do III Reich.

MEMORIAL E MUSEU AUSCHWITZ-BIRKENAU

O *Memorial e Museu Auschwitz-Birkenau* disponibilizou, em novembro de 2024, uma base de dados Online na qual é possível consultar dados sobre pessoas que foram levadas para o campo de concentração mantido pelos nazistas na Polônia. Criado e mantido pelo Museu Auschwitz-Birkenau, a plataforma possui uma ferramenta de buscas que permite identificar mais de 250 mil pessoas que foram levadas para o campo de concentração, quando ocorreu o transporte delas para lá e o seu destino. Há, ainda, um mapa interativo sobre o transporte de prisioneiros dos nazistas que mostra o local de origem das vítimas. Para a catalogação das informações dispostas no site foram analisados quase um milhão de documentos.

Disponível em: <https://victims.auschwitz.org/>

26



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

HÁ 80 ANOS, A FEB TOMAVA MONTE CASTELO

No dia 21 de fevereiro de 1945, integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) tomaram Monte Castelo, na Itália, derrotando as tropas alemãs na chamada Linha Gótica, trincheira nazista na cordilheira dos apeninos, ao Norte do país. A tomada de Monte Castelo foi uma das maiores vitórias da FEB durante a Segunda Guerra Mundial, e permitiu o avanço dos Aliados no território italiano na reta final do conflito contra os fascistas e nazistas. Após uma série de tentativas frustradas de vencer os nazistas e ocupar o local desde novembro de 1944, a FEB avançou rapidamente pelo território italiano a partir desta conquista, contribuindo para que os Aliados chegassem até Bolonha e derrotassem as forças do Eixo.

27



Fonte: Monte Castelo, 21/02/1945. Imagem do Memorial da Democracia. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/publico/thumb/16001/740/440>



UFPEL

NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória
IFISP - UFPEL

APOIO



10 ANOS
2011-2021



LABORATÓRIO DE
HISTÓRIA POLÍTICA E SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

GPDEJUV

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM
DEMOCRACIA, JUSTIÇA E VIOLÊNCIA



uff
Universidade
Federal
Fluminense



HISTÓRIA **DA**
DITADURA

